

Domingo, 20/8/89

6 em - Brasil JORNAL DE BRASÍLIA Econ

20 AGO 1989

20 AGO 1989

Sistema financeiro será votado em 60 dias

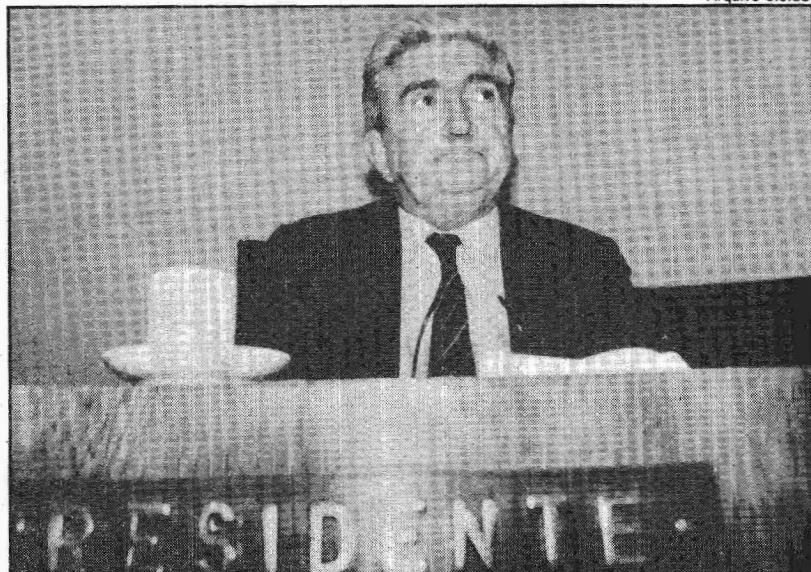
Ademar Shiraishi

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Fernando Gasparian (PMDB-SP) pretende obter o acordo das lideranças dos partidos políticos para a votação, nos próximos 60 dias, do projeto de lei complementar que irá regulamentar o Sistema Financeiro Nacional. O redenho do sistema ganhou formas quase que definitivas, após os três dias do Seminário promovido pela Câmara dos Deputados sobre "O Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico".

Realizado entre terça e quinta-feira passada, o seminário trouxe o consenso dos expositores quanto às bases do novo sistema financeiro com autonomia do Banco Central, consolidação do modelo de bancos múltiplos, maior responsabilidade para os bancos estaduais, reexame do tabelamento dos juros, redução do déficit público para o ajuste macroeconômico e implantação do seguro privado de depósitos e aplicações.

Empresários do setor industrial, economistas, banqueiros, parlamentares e autoridades da área financeira do Executivo também apresentaram diversas sugestões para o aperfeiçoamento do sistema, como a nova tentativa de introdução das operações bancárias com taxas de juros flutuantes para a retomada dos financiamentos de longo prazo, a maior participação dos bancos no capital das empresas industriais, o fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do mercado de capitais e os novos compromissos do Banco do Brasil com o setor produtivo da economia.

Outros temas polêmicos só terão definição no Plenário do Congresso. Por exemplo, o Legislativo ainda registrará profundas discussões sobre o grau de abertura do sistema financeiro nacional aos



Arquivo 5.9.88

Para Gasparian, acordo de lideranças vai garantir a votação

bancos estrangeiros, o tratamento diferenciado para o crédito rural, o conflito de interesses entre seguradoras e banqueiros, o financiamento habitacional à população de baixa renda e até o papel do estado na regulação do mercado como um todo.

O Banco Central desistiu de apresentar o seu anteprojeto de lei complementar. Logo após a promulgação da Constituição, o deputado Fernando Gasparian apresentou projeto que "dispõe sobre a regulamentação do sistema financeiro nacional, cria a comissão mista permanente para assuntos econômicos e financeiros do Congresso Nacional, extingue o Conselho Monetário Nacional, estatui competências para a condução da política econômica e dá outras providências".

O projeto de Gasparian recebeu emendas do deputado Vilson de Souza (PMDB-SC), em nome da frente parlamentar nacional, e aguarda aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

da Câmara. Gasparian torce pelo sucesso do presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE), na tarefa de suspender o recesso branco do legislativo, previsto para começar no dia 15 de setembro.

"Pela sua importância, a regulamentação do sistema financeiro deve sair logo, através de acordo de lideranças" - afirmou Fernando Gasparian. Os lobbistas não perdem tempo. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central já entregou a Gasparian proposta de emendas ao projeto original para, principalmente, garantir os direitos do funcionalismo do BC, "estabelecidos há 25 anos", na tentativa de escapar do enquadramento de simples servidores públicos, decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O Banco do Brasil aproveitou o seminário da semana que passou, inclusive com exposições de quatro de seus diretores, para iniciar a mobilização pela preservação do seu espaço no Sistema Financeiro.